



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012308-17.2014.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos**  
Requerente: **Thiago Queluz Diniz**  
Requerido: **DOWNTOWN HUB BAR LTDA ME e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato de empréstimo com a ré no importe de R\$ 10.000,00, mas ela encerrou irregularmente suas atividades.

Almeja à sua condenação a pagar-lhe tal soma, a exemplo dos corréus enquanto sócios dela.

As matérias arguidas pelos corréus em preliminar das contestações ofertadas entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

A leitura da petição inicial deixa claro que o desiderato do autor perpassa pela responsabilização de empresa a quem emprestou importância em dinheiro e de seus sócios, tendo em vista que a mesma foi encerrada irregularmente.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Quanto à ré, o documento de fls. 05/07 cristaliza o vínculo jurídico invocado pelo autor e ao longo do processo nenhum dado foi amealhado para lançar dúvida sobre o dever dela em ressarcir o montante que lhe foi emprestado.

Prospera no particular, assim, a pretensão deduzida.

Solução diversa aplica-se aos corréus porque em última análise fundamenta o autor a sua postulação na teoria da desconsideração da personalidade jurídica, de sorte que eles, enquanto sócios (pouco importando sua qualificação a esse título), responderiam pessoalmente por obrigação contraída pela empresa.

Esse assunto tem merecido especial cuidado da jurisprudência em sua aplicação, como já sedimentado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça:

*“EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ARTIGO 50, DO CC. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES OU DISSOLUÇÃO IRREGULARES DA SOCIEDADE. INSUFICIÊNCIA. DESVIO DE FINALIDADE OU CONFUSÃO PATRIMONIAL. DOLO. NECESSIDADE. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. ACOLHIMENTO. 1. A criação teórica da pessoa jurídica foi avanço que permitiu o desenvolvimento da atividade econômica, ensejando a limitação dos riscos do empreendedor ao patrimônio destacado para tal fim. Abusos no uso da personalidade jurídica justificaram, em lenta evolução jurisprudencial, posteriormente incorporada ao direito positivo brasileiro, a tipificação de hipóteses em que se autoriza o levantamento do véu da personalidade jurídica para atingir o patrimônio de sócios que dela dolosamente se prevaleceram para finalidades ilícitas. Tratando-se de regra de exceção, de restrição ao princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, a interpretação que melhor se coaduna com o art. 50 do Código Civil é a que relega sua aplicação a casos extremos, em que a pessoa jurídica tenha sido instrumento para fins fraudulentos, configurado mediante o desvio da finalidade institucional ou a confusão patrimonial. 2. O encerramento das atividades ou dissolução, ainda que irregulares, da sociedade não são causas, por si só, para a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do Código Civil. 3. Embargos de divergência acolhidos.” (EResp 1306553/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 12/12/2014).*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*“Processual civil e civil. Recurso especial. Ação de execução de título judicial. Inexistência de bens de propriedade da empresa executada. Desconsideração da personalidade jurídica. Inviabilidade. Incidência do art. 50 do CC/02. Aplicação da Teoria Maior da Desconsideração da Personalidade Jurídica. - A mudança de endereço da empresa executada associada à inexistência de bens capazes de satisfazer o crédito pleiteado pelo exequente não constituem motivos suficientes para a desconsideração da sua personalidade jurídica. - A regra geral adotada no ordenamento jurídico brasileiro é aquela prevista no art. 50 do CC/02, que consagra a Teoria Maior da Desconsideração, tanto na sua vertente subjetiva quanto na objetiva. - Salvo em situações excepcionais previstas em leis especiais, somente é possível a desconsideração da personalidade jurídica quando verificado o desvio de finalidade (Teoria Maior Subjetiva da Desconsideração), caracterizado pelo ato intencional dos sócios de fraudar terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica, ou quando evidenciada a confusão patrimonial (Teoria Maior Objetiva da Desconsideração), demonstrada pela inexistência, no campo dos fatos, de separação entre o patrimônio da pessoa jurídica e os de seus sócios. Recurso especial provido para afastar a desconsideração da personalidade jurídica da recorrente.” (REsp 970.635/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 01/12/2009).*

Essas orientações aplicam-se com justeza à espécie vertente.

Seria imprescindível bem por isso a demonstração segura de que os corréus tivessem utilizado fraudulentamente a empresa, desviando-a da finalidade para a qual foi concebida com o propósito deliberado de prejudicar terceiros, para que sua responsabilidade pessoal pudesse ser invocada à satisfação das obrigações assumidas pela pessoa jurídica.

Assentadas essas premissas, reputo que sobre o assunto o pleito em face dos corréus não vinga.

Com efeito, nada foi coligido para ao menos fazer supor concretamente que os mesmos tivessem obrado de má-fé na condução dos negócios da empresa, com o intento consciente de provocar prejuízos a terceiros, especialmente o autor.

Tocava ao autor a demonstração correspondente, mas ele não se desincumbiu de maneira satisfatória desse ônus porque não produziu provas dessa natureza e tampouco se interessou pelo alargamento da dilação probatória.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nem se diga, por fim, que o simples encerramento das atividades da empresa ou a inexistência de bens para garantir a satisfação do débito modificariam o quadro delineado porque essas circunstâncias não são suficientes para a caracterização do abuso da personalidade jurídica, que não pode ser presumido.

Nesse sentido se tem manifestado reiteradamente o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como se vê, *verbi gratia*, nos Agravos de Instrumento nº 990101015749, 991090402155, 990101189313, 990101240696, 990100576631 e 991090295863.

Diante desse cenário, a rejeição do pedido aqui formulado transparece de rigor, ausente panorama que pudesse fazer com que os corréus arcassem com obrigações ajustadas pela ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação condenar somente a ré **DOWNTOWN HUB BAR LTDA. ME** a pagar ao autor a quantia de R\$ 10.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**